

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 662.157 - RS (2015/0030601-3)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADO : CELSO MARCON E OUTRO(S) - RS088068
AGRAVANTE : ODETE BORGES
ADVOGADO : KÁTIA ROSANA TYSKA LARRONDA E OUTRO(S) - RS052298
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Cuida-se de agravos em recursos especiais interposto por BANCO ITAUCARD S.A. e por ODETE BORGES contra decisão que inadmitiu seus respectivos recursos especiais.

- DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO POR BANCO ITAUCARD S.A.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base nestes fundamentos:

i) aplicação do art. 543-C, §7º, I, do CPC/73, tendo em vista o Recurso Representativo de Controvérsia REsp nº 1.061.530/RS e nº 1.058.114/RS;

ii) incidência das Súmulas 5 e 7, ambas do STJ; e,

iii) consonância entre a conclusão do acórdão de origem e o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior (Súmula 83/STJ).

Entretanto, a parte agravante, limitando-se a sustentar a invasão da competência constitucional do STJ, não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade de nenhum dos óbices apontados.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

- DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO POR ODETE BORGES

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base nestes fundamentos:

- i) aplicação do art. 543-C, §7º, I, do CPC/73, tendo em vista o Recurso Representativo de Controvérsia REsp nº 973.827/RS;
- ii) incidência das Súmulas 5 e 7, ambas do STJ; e,
- iii) consonância entre a conclusão do acórdão de origem e o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior (Súmula 83/STJ).

Entretanto, a parte agravante, limitando-se a reiterar as razões apresentadas quando da interposição do recurso especial, não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade de nenhum dos óbices apontados.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO dos agravos em recursos especiais interpostos por BANCO ITAUCARD S.A. e por ODETE BORGES, ambos com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora